

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 5 DE NOVEMBRO DE 2007**-----

-----Aos cinco dias do mês de Novembro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Baptista e Victor Manuel Petulante Pedro, em substituição do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Faltou o Sr. Presidente da Câmara, que se encontra em representação municipal fora do Concelho, cuja falta foi deliberado justificar, bem como a do Sr. vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----

-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário, que disse:-----

-----Lamentar a ausência sistemática do Sr. Presidente às reuniões públicas. O esvaziamento propositado, nas Ordens de Trabalhos, de pontos importantes, já era evidente, ultimamente a sua frequente ausência é uma rotina.-----

-----Os nossos munícipes e até a comunicação social merecem mais respeito.-----

-----Assuntos:-----

-----1-Educação-----

-----Frequência das Piscinas Municipais pelo alunos do 1º Ciclo. Suponho que deveremos ser o único município nacional que, ainda não tem implementadas as Actividades de Enriquecimento

Curricular no 1º Ciclo. Recordo que estamos a 5 de Novembro de 2007.É de facto preocupante.-----

-----A responsabilidade por esse desiderato está bem definida. A mais recente ofensiva contra a Empresa Municipal foi determinante, pois deveria - aliás conforme o Plano de Actividades da Aldesc, EM para 2007, aprovado em Reunião do Executivo, sob proposta do actual Conselho de Administração - ser sua competência a organização de todas as Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo em 2007/08. Ora, se isso tivesse sucedido, certamente estariam a funcionar desde o 1º dia de aulas, aproveitando todos os meios disponíveis e facultando a todos os nossos alunos, sobretudo aos que não têm possibilidades de pagar os ATL's, leccionadas por profissionais devidamente habilitados, o Ensino do Inglês, o Ensino da Música e a Actividade Física e Desportiva.-----

-----É em relação a esta que me quero referir, pois tive conhecimento da proposta de Frequência do Complexo das Piscinas Municipais de Almeirim, enviada por este Município aos Encarregados de Educação e que calendariza as idas às Piscinas municipais das turmas do Concelho.-----

-----Considero esta organização, no mínimo ridícula e nada dignificante para a Câmara! Quarenta minutos de frequência das piscinas (com equipar e desequipar incluídos), suponho que duas vezes por ano, tem objectivos que, não serão concerteza pedagógicos, ainda por cima calendarizados em sobreposição com as actividades lectivas e leccionados não sei bem por quem. Gostava que me fosse explicado quais são os objectivos e finalidades desta acção?-----

-----Será apenas e só incapacidade de organização das actividades de enriquecimento curricular - obrigação do Município - que os munícipes têm direito?-----

-----Recordo que, se esta actividade está incluída nas 5 horas de Expressões que fazem parte do currículo de cada turma, esta deve ser acompanhada e avaliada pelo professor titular da turma que, decerto não terá competências nessa área e não poderá

acompanhar a turma, a não ser que a totalidade dos alunos decida participar na actividade proposta que não pode ser obrigatória, pois caso contrário deverá ter uma actividade, em sala de aula, com os que decidam, voluntariamente, não participar na actividade.-----

-----Uma pergunta: Não é evidente que esta actividade deveria estar incluída na Actividade Física e Desportiva, devidamente organizada?-----

-----Ao Senhor Presidente - professor reformado - que, de facto tem mostrado muito pouco interesse nos assuntos da educação, a não ser na forma solícita com que tem tomado algumas medidas, unicamente populistas, recorde a cedência em relação à organização das actividades de enriquecimento curricular em 2006/07 que deram no que estamos a constatar.-----

-----Quando as actividades forem propostas, já toda a gente terá as rotinas dos seus filhos bem definidas e poucos se irão inscrever. Não era concerteza este o objectivo da medida proposta e bem pelo Governo.-----

-----Não são preocupantes Sr. Presidente, alguns indícios sobre o estado da educação no nosso Concelho?-----

-----Ainda podemos verificar, recentemente e com preocupação, o lugar ocupado no Ranking Nacional pela nossa Escola Secundária e que, a melhor aluna do 12º Ano em 2006/07, aliás a única com direito ao prémio "Melhor Aluno Dr. António Cláudio" entrou numa Universidade privada.-----

-----É preocupante que, dos cursos profissionais ministrados no nosso Concelho, não exista nenhum sobre restauração, hotelaria e vinhos.-----

-----Para mim é preocupante a falta de oferta de formação no nosso Concelho.-----

-----A Câmara não pode substituir a estrutura educativa, mas, poderá e deverá, em articulação com as Escolas, influenciar e proporcionar condições para atingir objectivos de formação no interesse exclusivo da comunidade e dos supremos interesses no desenvolvimento económico do Concelho.-----

-----Para já, mas com a certeza que voltarei a abordar este tema, sugiro-lhe que anule, de modo a dignificar a actividade de responsabilidade da Câmara nos termos propostos, a decisão de Frequência do Complexo das Piscinas Municipais - 1º Ciclo.-----

-----2 - Pedidos de Desculpas ao TAFL-----

-----Enviei hoje ao TAFL a seguinte comunicação:-----

-----Exmo Senhor Procurador dos Serviços do Ministério Público - Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria - Rua João Paulo II, cave, r/c -2410-112 Leiria-----

-----ASSUNTO: Pedido de desculpas - requerimento de 4 de Julho de 2007, apresentado por Francisco Manuel Maurício do Rosário, Vereador na Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----Excelência, Francisco Manuel Maurício do Rosário, portador do BI nº 2026036 do A.I. de Santarém, vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, morador na rua António Sérgio, nº 22A, 1º Esqº, 2080-062 em Almeirim, requereu a V. Exa de acordo com o estipulado no artº 13º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8/95 de 29 de Março e pela Lei 94/99, 16 de Julho, (Lei de acesso aos documentos administrativos), entretanto alterada pela Lei 46/2007, de 24 de Agosto de 2007, que se dignasse fornecer uma cópia de um "despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria" então referido pelo presidente da Câmara Municipal de Almeirim, em reunião pública do executivo e em notícia inserta nos jornais regionais (O Ribatejo, O Almeirinese e O Mirante) e à Agência Lusa. Tal solicitação devia-se ao facto de o mesmo estar a ser "utilizado" para pôr em causa o meu bom nome e honra pessoal, técnica e profissional sobre a minha actuação, de exigência de cumprimento das normas legais que são sistematicamente violadas pelo presidente da Câmara Municipal de Almeirim, nomeadamente o preceituado na alínea s) do nº 1 do artº 68º da Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro. "responder, no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores".-----

-----Como sabe V.Exa, esta situação era resultado da recusa de

fazer incluir na "ordem dia " das sessões ordinárias do executivo municipal nos termos do nº1 do artº 87º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, uma proposta para deliberação de matéria de competência disciplinar exclusiva do respectivo executivo municipal de acordo com nº 1 do Artigo 18º do D.L. n.º 24/84, de 16/01 do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local "A competência disciplinar sobre os funcionários e agentes das autarquias locais e das associações e federações de municípios pertence aos respectivos órgãos executivos."" in Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte Processo 01013/01 - Porto data 02-03-2006 e Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte Processo 00126/04 data 23-09-2004"), sendo que é a Câmara Municipal o órgão executivo/colegial do município - arts. 252º da CRP e 56º, nº 1, da Lei nº 169/99 alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. E que foi considerado que se encontrava clara e fundamentadamente identificada a conduta, considerada de natureza censurável e, como tal, passível de responsabilidade disciplinar - injúrias e grave desrespeito, documentalmente provados, que violam o dever de correcção ( cf. Artº 3º nº 3 alínea f), nº 10 do Estatuto Disciplinar).-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, veio "esgrimir publicamente com um "pretensso parecer de V.Exa" em que lhe era dada razão" mas recusando sempre a mostrar o referido "parecer". Torna-se evidente que este comportamento, denota um pensamento de impunidade" que, só por si é bem demonstrativo do "modus operandi" existente na gestão da Câmara Municipal, com recurso sistemático a violação de normas legais nos seus mais diversos aspectos e procedimentos.-----

-----Na verdade, aconteceu que, passados 36 dias após o meu pedido, chegou finalmente, à minha posse uma cópia do "despacho PA. Nº 52/07 de 25 de Maio de 2007" e surpreendentemente tal despacho, não só não fazia referência a situações evidenciadas publicamente pelo senhor Presidente da Câmara, como até pelo

contrário, o recriminava por desconhecimento das normas legais e determinava o arquivamento da respectiva queixa, que mais não era que "uma denúncia para que " se aplique a respectiva perda de mandato por ofensa à hierarquia" - esta forma revela claramente o pensamento e visão do denunciante.-----

-----Porque não foi, intencionalmente, essa a interpretação dada pelo presidente da Câmara que de forma abusiva e intencional utilizou, em reunião de Câmara de 2 de Julho de 2007 e junto da imprensa, uma comunicação, cujo único rigor foi o de denegrir a minha imagem, com objectivos que só o próprio saberá explicar, levou a que no momento me sentisse muito indignado, estado de espírito que se veio a reflectir, mas dentro do respeito que essa Instituição me merece, no meu requerimento de 4 de Julho de 2007 e de cujo teor venho apresentar a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, as minhas mais humildes desculpas. Compreenderá V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que, se o fiz, foi por considerar a declaração pública do sr. Presidente e os títulos dos jornais como verdadeiros, dado que não dispunha, como deveria, do teor do despacho desse tribunal.-----

-----Como é do conhecimento de V.Exa de acordo com o artigo 4º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho (na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 50/99, de 24 de Junho) - Estatuto dos Eleitos Locais - no exercício das suas funções os eleitos locais estão vinculados a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem, estes princípios são completamente desconhecidos no exercício de funções pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, situação que, salvo melhor entendimento nesta matéria, põe em causa o regular funcionamento dos órgãos autárquicos, dado a sistemática violação, quer por acção ou omissão das normas legais. Com os melhores cumprimentos. Almeirim, 5 de Novembro de 2007. O Vereador da Câmara Municipal de Almeirim - Francisco Manuel Maurício do Rosário, Dr.-----

-----3 - Circuito de Manutenção-----

-----Solicito a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que me informe em que ponto está a

electrificação do nosso Circuito de Manutenção. É uma necessidade premente para todos os que a utilizam, mas especialmente por parte das utilizadoras que sentem alguma insegurança quando a utilizam em período nocturno.-----

-----4 - Central Termoeléctrica a Biomassa Florestal-----

-----Solicito a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que me informe qual é o ponto da situação do Concurso para a Central Termoeléctrica a Biomassa Florestal que, considero de grande importância para o nosso Concelho e para o qual, a firma A.M. Mesquita que lidera um consórcio internacional muito importante se candidatou a fim de sediar no nosso Concelho, mais concretamente na Freguesia da Raposa.-----

-----5 - Intervenção da Polícia Judiciária-----

-----Solicito a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que me informe qual é o ponto da situação da intervenção, por si solicitada, a meu pedido, junto da Polícia Judiciária, acerca da responsabilidade da divulgação, junto da comunicação social, da acta do Concurso para chefes de secção.-----

-----Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha:-----

-----Perguntou se já está resolvida a electrificação da zona industrial de Paço dos Negros.-----

-----Perguntou que medidas pensam tomar no sentido de valorizar e deixar visível, se não permanentemente, de forma pontual, a entrada do túnel junto ao Paço Real de Almeirim, encontrada junto ao actual Mercado Municipal. Existem soluções técnicas que permitem a sua exposição permanente, podendo, em alternativa ser encontrada uma solução tipo esgotos de Lisboa, que é acedida periodicamente, com referência exterior. Se até agora não pensaram, é altura de começar a fazê-lo.-----

-----Perguntou porque não tiveram início as obras de alcatroamento da zona do Mercado, sendo incompreensível a razão para não terminar a obra.-----

-----Disse que o abandono a que a Câmara veta o Mercado Municipal é triste. Compreende que a maior parte dos Vereadores não põe lá os pés, mas crê que pode ser encontrada uma solução para fazer daquele edifício um pólo de desenvolvimento, mantendo

as funções actuais e imprimindo-lhe dinamização, do ponto de vista do escoamento das produções locais. O Mercado tem de ser modernizado, tem de ganhar vida porque isso enriqueceria a zona mais antiga da cidade. A maior parte dos Municípios deste país recorreram a fundos comunitários para esse fim. Não compreende porque há lojas vazias há algum tempo e, havendo interessados, não seja aberto concurso para a sua atribuição, nem sequer haja licenças de utilização das lojas. Como almeiricense, a estagnação daquele espaço fere a autarca, porque o mesmo tem potencialidades, poderia ser aproveitado para promoção de produtos regionais, de forma permanente, com a edição de eventos periódicos de ligação a esses produtos. Devia ser mantido, com alterações e melhoramentos, sem lhe retirar a característica própria. E aconselhou que o próximo Orçamento contemple as obras necessárias no Mercado Municipal.-----

-----Sobre o tema das Piscinas, aludido pelo Sr. Vereador Francisco Maurício, a Autarca considera que é saudável manter a frequência das Piscinas, durante o horário lectivo. Se for possível aumentar os quarenta minutos para permitir mais tempo de utilização tanto melhor, se não for que se mantenha a situação actual. Estas aulas não são incompatíveis com as que venham a ser implementadas no quadro das Actividades de Enriquecimento Curricular que, relembro não são obrigatórias, daí não se poder substituir uma frequência de uma pela outra, pode-se é melhorar sempre.-----

-----Quanto às declarações do mesmo Vereador relativa aos rankings para a Vereadora da CDU são uma treta. É injusto fazer a avaliação da Escola Secundária de Almeirim pelos rankings publicitados. Saíram desta Escola muitos e bons alunos, e há bons médicos e outros técnicos que aqui estudaram. Este ano os exames nacionais são muito complicados. Em relação à Escola Secundária de Almeirim o nível de insucesso, ou pouco sucesso, é o normal do país. A Câmara pode com a sua acção contribuir para contrariar a situação incutindo cultura desde pequenino, às criações não ao é meter os alunos em contentores. Espera que no



futuro melhorem os resultados dos alunos do Concelho, mas a educação não tem sido um espaço privilegiado e o encerramento de escolas básicas é mais uma preocupação.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que o Sr. Vice-Presidente o havia interrompido quando estava em uso da palavra há seis minutos, porém a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha já tem dezasseis minutos de intervenção.-----

-----E acrescentou este eleito que a Sr<sup>a</sup> Vereadora está mal informada em relação ao Despacho ministerial do enriquecimento curricular e em relação à proposta do interveniente enquanto Presidente da empresa municipal, que permitia aos alunos a frequência das Piscinas dentro do seu horário escolar. Não parece próprio dum eleito da CDU pôr em causa o Despacho da Senhora Ministra da Educação que tem por objecto facultar a todos os estudantes, especialmente os mais desprotegidos, a frequência do ensino do inglês e da música, paga pelo próprio Ministério.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu às questões colocadas pelos seus pares, para as quais se disse habilitado com informação, sendo as restantes remetidas ao Sr. Presidente.-----

-----E disse, quanto ao Circuito de Manutenção, que está a ser realizado o projecto de iluminação, que prevê um encarecimento da obra devido à iluminação ser implementada com candeeiros, dada a copa das árvores existentes. É uma obra a ser candidataada ao QREN.-----

-----No tocante às actividades extra-curriculares, faz suas as palavras do Sr. Presidente: Quando estiveram à responsabilidade do Sr. Vereador interpelante começaram em Janeiro. Se no presente ano começarem mais cedo, será um ganho.-----

-----Relembrou, quanto às Piscinas, que o procedimento é exactamente o mesmo que era quando o Sr. Vereador tutelava a área do Desporto, levar os jovens às Piscinas oito ou nove vezes por ano. A utilização da Piscinas foi oferecida diversas vezes aos vários Agrupamentos de Escolas, uma vez que a Câmara não pode proporcionar só aos jovens integrados em actividades extra-

curriculares a frequência da natação. Dizem os técnicos que efectuar uma actividade deste tipo durante uma hora e meia por mês, é uma barbaridade e o que o Sr. Vereador está a criticar foi o que implementou quando detinha esse pelouro. Estamos a fazer exactamente o mesmo. A Câmara disponibiliza técnicos e autocarro para proporcionar a mil jovens a frequência das piscinas e a actividade tem sido um sucesso.-----

-----No concernente aos rankings, alegou que comparar escolas públicas com privadas, com a diferença no número de alunos por turma, onde os estabelecimentos podem escolher os alunos, e até os pais, é irreconciliável com o conceito de ensino público do estabelecimento de Almeirim, pelo que, neste caso, concorda com o Ministério da Educação.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que a iniciativa da Câmara levar os alunos do primeiro ciclo às Piscinas é louvável. O que está em causa é uma nova organização escolar e o Governo, e muito bem, a expensas suas, promoveu as actividades de enriquecimento curricular, o que defende. Por isso procurou a flexibilização dos horários escolares, a que o Sr. Presidente da Câmara cedeu, por populismo. É a empresa municipal que está a combater o Despacho do Ministério da Educação, porque não está a ser feita a implementação correcta das actividades de enriquecimento curricular. A empresa adjudicatária do fornecimento deste serviço vai iniciar as actividades quando todos os encarregados de educação já têm os horários dos seus educandos programados. Há outra organização escolar, pelo que esta actividade é um desperdício. A empresa municipal é que tinha de organizar as três actividades e era nesse horário.-----

-----Disse o mesmo Vereador que formulou uma constatação. O Ministério da Educação não fez rankings das escolas, foram os jornais que aproveitaram os números conhecidos. Invocou que nesses resultados sabe ler a décalage entre as notas internas e as notas de exames. Os rankings não têm importância nenhuma, a décalage tem. Mas não é agradável para um almeirinese que as escolas da sua terra apresentem semelhante posicionamento.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que o que a Câmara fez, em conjunto com os professores, foi no sentido de proporcionar a todos os alunos a participação nesta actividade. A interpretação do Sr. Vereador Francisco Maurício é outra e, de facto, ninguém pode fazer progressos na área da educação tendo os professores totalmente contra. Para além disso, intercalar horários não beneficiaria os jovens. É obrigatória a ida às Piscinas porque é horário lectivo.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva respondeu, quanto à electrificação da Zona de Serviços de Paço dos Negros, que o problema de fornecimento de energia eléctrica às empresas que se estão a instalar está resolvido. A Carpinhaços dispõe de energia eléctrica, embora haja problemas a resolver quanto à autorização de implantação de postes, por parte da EDP, em terrenos de terceiros.-----

-----Ainda o mesmo autarca referiu, quanto ao túnel próximo do Paço Real de Almeirim ora descoberto na Rua Almirante Reis, frente à Travessa do Mercado e encostado à casa dos herdeiros do Dr. Albergaria Martins, está a ser ponderada com os técnicos a melhor forma de patentear a sua memória.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou quando são entregues os relatórios das escavações arqueológicas junto ao Mercado.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva respondeu que ainda não estão na posse do Sr. Presidente e acrescentou que aquela zona não vai levar alcatrão mas vai ser calçetada. Quanto ao Mercado Municipal, neste momento o executivo pretende proceder à sua reestruturação, porém não é a sua actividade própria que lhe concederá a vivência que se pretende. O edifício do Mercado é arquitectonicamente muito bonito e a sua requalificação é um objectivo a prosseguir, sem megalomanias, tentando instalar uma actividade apelativa para o público.-----

-----  
-----  
-----

ORDEM DO DIA

-----ACTAS - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Actas das reuniões de um e quinze de Outubro passado.-----

-----Foi distribuída pelos Srs. Autarcas a Acta de vinte e nove do mesmo mês de Outubro.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - Foi dado conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente, em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Susana Margarida Castelo Silva, duzentos e trinta; Tócrimo - Sociedade Imobiliária e Construções Limitada, vinte e três; ambos de dois mil e sete. Francisco Bráz Florêncio, oitenta e seis; Francisco Correia Batista & Filhos Limitada, duzentos e vinte e dois; Maria Jesuina da Conceição Bastos, duzentos e trinta e nove; todos de dois mil e sete; Elisabeth Monsanto Fulgêncio, duzentos e dezasseis, Francisco Manuel Guerreiro Chaves, trezentos e sete; ambos de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - Foi dado conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente, em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras abaixo mencionados, ao abrigo da delegação de competências: -----

-----Fernando Paulo Neto Leão, sessenta e dois-A; Manuel Ribeiro Caniço, duzentos e setenta e seis; Edmundo e Almeida Domingos, Limitada, duzentos e setenta e oito; todos de dois mil e seis; Manuel Guardiano Brito, quarenta e sete; André Martins Tomé Batista, cento e sessenta e cinco; Joaquim Manuel Vinagre Boavida, cento e setenta e um; Maria Jorge Pedro, duzentos e quarenta e dois, todos de dois mil e sete Construções Martinho Cruz Limitada, duzentos e oitenta e três de dois mil; Bacalhau Nunes e Lopes, Limitada, cinquenta e três; Júlio da Silva, Talhão & Filhos Limitada, cento e três, ambos de dois mil e um; Carpinpaços- carpintarias, Limitada, duzentos e onze-A;

Francisco Loureiro Simões, duzentos e quarenta e quatro; ambos de dois mil e dois. Cátia Alexandra Tainha Delgado, cento e quarenta e sete; Samuel Amorim Prôa, cento e setenta e cinco-A, ambos de dois mil e quatro. Batista & Gil, Limitada, duzentos e noventa-A; Ana Mafalda Correia da Silva da Câmara de Siqueira, duzentos e noventa e quatro; Manuel Cláudio Lopes, trezentos e trinta e cinco, todos de dois mil e seis; Tiago Manuel Correia Pardal, cento e dez, Rosete Boavida Teixeira Marecos, cento e trinta e quatro; Maria Rosa Gomes Correia Apolinário, cento e sessenta e seis; Francisco Manuel Maurício do Rosário, cento e setenta; José Maria Fróis, cento e setenta e três; Armando Henrique de Aguiar Pereira, cento e setenta e nove; Construções Martinho Cruz, Limitada, duzentos e nove; Álvaro Manuel Rodrigues Vicente e outro, duzentos e trinta e um; Salazar & Costa - Construções Limitada, duzentos e cinquenta e sete; Socialcasa, Sociedade de Investimentos Habitação Limitada, duzentos e sessenta e um e duzentos e sessenta e dois; todos de dois mil e sete. Vítor Manuel Soares Domingos, cento e quarenta e sete-A; Susana Maria dos Santos Alves, trezentos e cinquenta e quatro-A; ambos de dois mil e seis e Ana Maria Ferreira Maurício, duzentos e oito, Siresp - Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, SA, trezentos e oito; ambos de dois mil e sete.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ÁGUAS DO RIBATEJO - O Sr. Vice-Presidente disse que acabou de receber a informação do Sr. Presidente de que as providências cautelares interpostas pelos Municípios de Santarém e Cartaxo, a respeito das Águas do Ribatejo, foram recusadas.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir a transferência financeiras de duzentos euros ao Agrupamento de Escuteiros de Fazendas de Almeirim, para o arraial de S. Martinho.-----

-----Foi presente o e-mail da Associação Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo solicitando apoio à reparação do autocarro próprio, orçada em dois mil e oitocentos euros.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício propos uma transferência da totalidade deste custo, atendendo a que a viatura efectua todo o serviço municipal para que é solicitada.-----

-----O executivo deliberou concordar.-----

-----A pedido da Secção de BTT do Grupo Desportivo Raposense, a Câmara deliberou oferecer o pão regional e febras para o jantar do passeio desportivo que vai realizar a dez de Novembro.-----

-----Presente ainda a carta do Lar de João Paulo II, de Molaes, Celorico de Basto que remete uma caderneta de rifas a serem vendidas, para apoio à instituição.-----

-----A Câmara deliberou devolver as rifas.-----

-----TRÂNSITO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou colocar um sinal de estacionamento proibido na Rua dos Charcos, em Almeirim, junto ao cruzamento com a Rua de Coruche, no lado direito, sentido Rua de Coruche - Circular urbana.-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - Mediante informação do Gabinete de Acção Social, a Câmara deliberou custear a totalidade do passe escolar do aluno Bruno Miguel Assunção Maia, de Foros de Benfica para Almeirim.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - A Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Baptista apresentou a relação contendo a revisão de posicionamento após reclamação em sede de consulta pública e a transferência de alunos das escolas básicas do Concelho com direito aos Auxílios Económicos no corrente ano lectivo e que totalizam nove no escalão A e dois no escalão B.-----

-----A Câmara deliberou reposicionar nos escalões os alunos referenciados na relação.-----

-----VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA - Foi presente a

informação do Serviço de Contra-Ordenações comunicando que as dez viaturas que identifica, removidas da via pública onde se encontravam abandonadas, após decorridos os procedimentos legais não foram reclamadas pelos respectivos proprietários, pelo que se encontram em depósito nas instalações municipais da Zona Industrial.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva disse que o processo de alienação não compensa os gastos com o processo de guarda e identificação dos proprietários pelo que, sabendo da necessidade da corporação de bombeiros local em obter viaturas para exercícios, propõe a sua oferta à Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício aconselhou a que se verifique se os prazos estão todos esgotados.-----

-----A Câmara deliberou concordar com a proposta do Sr. Vereador José Carlos da Silva, por unanimidade dos presentes, com a obrigação de, quando estes venderem os restos das viaturas, fazerem prova perante esta autarquia da sua entrega para reciclagem.-----

-----Não participaram nesta deliberação o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Victor Pedro, por se considerarem legalmente impedidos.-----

-----

### -----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de Bacalhau, Nunes & Lopes, Lda solicitando autorização para ceder o direito de superfície sobre os lotes números onze e dezanove da Zona Industrial de Almeirim a seus filhos Pedro Miguel e Fernando Jorge.-----

-----A Câmara deliberou que o assunto volte à próxima reunião, devidamente informado.-----

-----Presente o processo de venda do lote número cento e vinte e três da Zona de Actividades Económicas de Almeirim a Arneiros de Almeirim - Organização de Produtores Agrícolas, SA, que

demonstra ter a empresa já cumprido todos os pagamentos a que se obrigou. O lote foi atribuído por deliberação de sete de Julho de dois mil e três e a empresa pretende efectuar a escritura com urgência, para prestação de contas do mandato da actual administração.-----

-----A Câmara deliberou mandar celebrar escritura de venda do referido lote, por maioria, com a abstenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que gostaria que estes processos fizessem parte da Ordem de Trabalhos e viessem acompanhados de parecer jurídico.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que a sua abstenção, mais uma vez, se justifica por questões relativas à Zona de Actividades Económicas não serem integradas na Ordem de Trabalhos, com a informação correspondente, que deveria ser anexada. E acrescentou que se admira de só agora o Sr. Vereador Francisco Maurício tomar uma posição que a própria já vem defendendo desde o princípio do mandato. Estes processos deviam ser integrados na Ordem de Trabalhos, acompanhados de informação escrita sobre a situação.-----

-----A reunião foi interrompida e recomeçou às dezassete horas, já sem a presença da Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Baptista, que se acidentou no decurso dos trabalhos.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----SINALÉCTICA TURÍSTICA - Foi presente o Estudo sobre Sinaléctica Turística da sede do Concelho, apresentado pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, que prevê um investimento total estimado de cento e oitenta e cinco mil duzentos e setenta euros, sendo elegíveis cento e trinta mil trezentos e dez euros e trinta e um cêntimos mediante aprovação do Instituto de Turismo e do Programa Valtejo.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu-se a um estudo



anterior e o Sr. Vice-Presidente respondeu que a base é o mesmo estudo, mas mais completo, que passou por uma tentativa de candidatura, infrutífera, e só agora vai ser candidatado.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou se há cabimento orçamental e lembrou que não está em Plano.-----

-----O Sr. Vice-Presidente lembrou que só é elegível a noventa por cento o que é de interesse turístico, haverá uma candidatura global com outros Concelhos da Comunidade Urbana, sendo a colocação da responsabilidade exclusiva do Município.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de Sinalética Turística.-----

-----

#### -----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O ANO LECTIVO 2007/2008 - Foi presente a Acta do Júri de Análise das Propostas ao concurso em título, respeitante à sua reunião de vinte e nove de Outubro passado na qual examina as reclamações apresentadas por: Inforinfantil, que obteve deferimento por falta de reconhecimento da sua creditação, qualidade e criatividade e experiência; ZonaMeeting, que obteve indeferimento em virtude de não apresentar planificação por horas de escolaridade para robótica, devendo ser-lhe aplicada uma sanção por esse motivo; Futurschool, que fez uma reclamação pouco fundamentada relativamente aos outros concorrentes e não enriqueceu a sua proposta, uma vez que apenas atacou o Júri. Conclui propondo um movimento de reordenação das empresas, devido às creditações que só três empresas apresentam, Albifor, Inforinfantil e Geração do Futuro, de que resulta ser a primeira classificada a empresa Inforinfantil, à qual propõe a adjudicação.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que a Acta do Júri de vinte e seis de Setembro já propunha a adjudicação a JGNR. Detectou que dois concorrentes deviam ter sido eliminados do processo, este e ZonaMeeting, porque não tinham concorrido ao

ensino da robótica educacional. O Despacho do Ministério da Educação contempla as actividades de Inglês, Actividade Física e Desporto e Ensino da Música. Logo, robótica tem de ser pago pela autarquia. Não sei de quem foi o capricho de incluir a robótica nas AEC e devia constar do Protocolo. Já pediu dados e não lhe foi dada resposta. A vinte e seis de Setembro foi informado que já tinha sido comunicado aos concorrentes, com o pretexto de que já haveria reclamações. Recebemos agora a Acta do Júri que especifica o que fica informado atrás. Sobre a Inforinfantil que, milagrosamente, passa para o primeiro lugar e vê também reavaliado o seu processo, assim como a experiência, pergunta o que motivou esta cambalhota.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que tem dificuldades em aceitar certos termos, pela carga que comportam. No caso, o Júri cometeu um erro de não considerar a acreditação a nenhum dos concorrentes, sendo que três empresas a tinham, que valia vinte por cento da pontuação, segundo o Caderno de Encargos, o que na prática corresponde a um ponto. Todas as empresas que têm acreditação viram a sua pontuação aumentada para a unidade quatro de classificação. Além disso, o concorrente reclamou de algumas questões e o Júri entendeu fazer algumas pequenas alterações. A grande alteração seria não considerar um elemento objectivo.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício substituiu o termo cambalhota por reviravolta, acrescentando que não lhe queria conferir nenhuma carga pejorativa. E disse que foi aqui informado pelo Sr. Presidente que à Futurschool foi cancelado o contrato anterior para poder concorrer ao novo concurso. Agora vem o Júri dizer que só atacou o Júri e não enriqueceu a proposta.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que a votação nesta última Acta do Júri é diferente da anterior, o que levou a que um membro, Rocha Pinto, a ter uma posição diferente ao abster-se. Não diz porque o faz mas era bom saber a razão da sua abstenção.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que o mencionado engenheiro, por não ser especialista na área, entendeu abster-se. O próprio autarca votou reconhecendo a superioridade da opinião da Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Baptista. Trata-se de actividades que já deveriam ter começado e são importantes para os nossos alunos.--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou quando passaram estas actividades a ser importantes e recordou que, desde Janeiro, vem lembrando a necessidade de promover atempadamente o necessário concurso, para evitar falhas. E concluiu dizendo ao Sr. Vice-Presidente que não venha invocar pressa, porque não aduz.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro, instado a pronunciar-se, disse que o concurso já devia ter sido feito com maior antecedência e, em relação às empresas, não está em condições de se pronunciar.-

-----Submetida a votação a proposta inserta na Acta do Júri do Concurso, a Câmara deliberou formular a intenção de adjudicar a aquisição de serviços das Actividades de Enriquecimento Curricular para o ano lectivo dois mil e sete/dois mil e oito ao ora primeiro classificado na lista de apuramento, Inforinfantil - Informática para Crianças, Ld<sup>a</sup>, pelo preço de cento e setenta e seis mil quinhentos e cinquenta e seis euros e seis cêntimos.-

-----Esta deliberação foi tomada com os votos a favor dos Srs. Vice-Presidente Pedro Ribeiro e Vereadores José Carlos da Silva e Victor Pedro e os votos contra dos Srs. Vereadores Francisco Maurício e Manuela Cunha.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício fez a seguinte declaração de voto: «Voto contra e faço voto de vencido porque deveriam ter sido eliminados a JGNR e a ZonaMeeting, que não se candidataram ao ensino da robótica educacional.-----

-----Da documentação recebida, não entendo por que a Futurschool, responsável pelo ensino do inglês em dois mil e seis/dois mil e sete e com quem foi rescindido contrato que era válido para este ano, aliás, segundo informação do Sr. Presidente da Câmara "para que pudesse concorrer a todas as actividades este ano", que apresenta um preço inferior neste

concurso em oito mil euros e que foi preterida em relação à Inforinfantil, empresa a quem o executivo em exercício propõe que se adjudique este concurso, na minha opinião, sem justificação plausível explanado no conteúdo da Acta, onde viu, em sede de reclamação os seus argumentos desconsiderados pelo Júri, como disse, na minha opinião, sem justificação plausível. -----Voto contra e faço voto de vencido porque quem vai pagar a quarta oferta curricular, que ainda não entendi quem solicitou, é o erário da Câmara Municipal de Almeirim, dado que o Despacho do Ministério da Educação só contempla o ensino da música, do inglês e da actividade física e desportiva. E porque, na minha opinião, não existe nenhum profissionalismo nem clareza neste processo.»-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha declarou:-----  
-----«Voto contra e faço voto de vencido porque a Acta do Júri e a conclusão da mesma, que nos foram hoje aqui apresentadas, vêm confirmar a declaração de voto que fiz no dia quinze de Outubro, quando foi apresentada pelo Júri a primeira proposta de adjudicação, em que votou contra e, citando, "manifesta a falta de rigor do júri do não cumprimento dos procedimentos do Caderno de Encargos e Programa de Concurso".-----

-----Voto ainda contra por considerar que a Acta aqui hoje apresentada não permite aos Vereadores que não tiveram acesso ao processo, ter a confiança plena nas conclusões da mesma.»-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - No Período do Público a Dr<sup>a</sup> Elisa Zola corroborou o que foi discutido quanto à frequência das Piscinas pelos alunos do ensino básico, dizendo que, retirado o tempo para vestir e despir, as crianças só terão dez ou quinze minutos de actividade aquática. Sem fazer sugestões, esta solução deveria ser revista, atendendo ao curto período de tempo disponível.-----

-----Às dezassete horas e quarenta e cinco minutos o Sr. Vice-

Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de  
Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente  
acta que lavrei e subscrevi.-----  
-----

O Vice-Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_